

DESENVOLVIMENTO E CRISE DA AGRICULTURA GAÚCHA: 1970-90

Álvaro Antonio Garcia*

Introdução

O objetivo deste artigo é o de analisar a evolução da agricultura gaúcha — *grosso modo*, no período 1970-90 — à luz da dinâmica da economia nacional, num quadro de forte influência da conjuntura internacional. Assim, a partir de fatores externos, explica-se sucintamente a dinâmica da economia brasileira e como esta determinou o desenvolvimento tecnológico da agricultura e auxiliou na estruturação dos mercados agrícolas. No limite, como ela "moldou" o Setor Primário do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, na seção 1, estuda-se a evolução da política de crédito rural no Brasil, tendo como referencial as facilidades e/ou constrangimentos determinados pelo setor externo; na seção seguinte, analisam-se a importância dos segmentos produtivos da agricultura gaúcha e o seu grau de vinculação à política nacional de crédito rural; na terceira, procura-se mostrar o desenvolvimento e a crise da capitalização no campo; e, na quarta seção, apontam-se algumas tendências da produção primária gaúcha *vis-à-vis* ao comportamento dos mercados. Já nas considerações finais, fazem-se sucintos comentários sobre as perspectivas para o setor rural do Rio Grande do Sul, no que concerne ao delineamento da política agrícola e à potencialidade dos mercados¹.

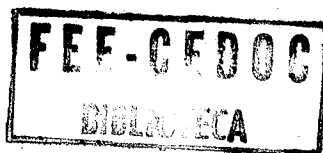
1- Contexto externo, economia brasileira e crédito rural

A história "moderna" do crédito rural do Brasil começa no final da década de 60 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Na época,

* Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

O autor agradece a colaboração dos colegas da FEE/NEA, em especial a de Vivian Fürstenau, pelas leituras e observações acerca da versão preliminar do presente trabalho. Agradece também ao estagiário Rogério Vianna Tolfo pela busca e compilação dos dados estatísticos. A todos, obviamente, exime da responsabilidade por qualquer erro porventura remanescente.

¹ Com o objetivo de tornar mais ágil a leitura deste artigo, optou-se por não citar, ao longo do texto, a fonte dos dados apresentados nas tabelas em anexo ou obtidos a partir delas. Dessa forma, menciona-se a fonte apenas quando as informações estatísticas não se encontram disponíveis no final do presente trabalho.



iniciou-se também um período de maior abertura do País em relação ao resto do Mundo, através de alterações na política cambial (implantação do sistema de minidesvalorizações) e de incentivos fiscais e creditícios às exportações. Entre 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu a taxas bastante elevadas — 12% ao ano — concomitantemente a uma taxa de inflação relativamente baixa para os padrões nacionais.

Também é nesse período que o Estado nacional passa a regular de forma incisiva as condições de reprodução do capital na agricultura e nos setores a montante — indústria de defensivos, fertilizantes e máquinas — e a jusante — indústria processadora de produtos primários. Os fundos para financiar o desenvolvimento do chamado complexo agroindustrial eram oriundos basicamente de três fontes: (a) saldo dos depósitos à vista do Banco do Brasil; (b) saldo dos depósitos à vista dos bancos privados (exigibilidades bancárias); e (c) recursos dos fundos e programas agrícolas administrados pelo Banco Central — advindos da receita fiscal, como o imposto de exportação — e do financiamento obtido junto a organismos internacionais, como o BID e o Banco Mundial.

Esses recursos foram colocados à disposição dos agricultores em volumes crescentes e a taxas de juros subsidiadas, permitindo não só que o setor agrícola, *stricto sensu*, se beneficiasse com tal política, mas também usufríssem indiretamente dela aqueles setores que vendiam à agricultura — como é o caso da indústria de tratores e implementos agrícolas e da indústria de defensivos e fertilizantes. Foram também favorecidos diretamente alguns setores que compravam da agricultura — como a agroindústria, por exemplo, que tinha acesso às vantagens do crédito de comercialização desde que pagasse aos produtores rurais o preço mínimo de garantia.

Até meados dos anos 70, a liquidez no mercado internacional, associada ao crescimento vertiginoso da economia brasileira e a uma taxa de inflação relativamente baixa — que garantia o crescimento dos depósitos à vista — assegurou plenamente a oferta de crédito rural. Entre 1970 e 1974, por exemplo, os financiamentos concedidos ao setor agrícola no Brasil passaram de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 11,2 bilhões. Ademais, para uma inflação média de 20% ao ano no mesmo período, as taxas de juros cobradas nos contratos de financiamento atingiram a média anual de 13% (DELGADO, 1985, p.81).

Os primeiros sintomas da crise da economia brasileira — que, na verdade, iria "estourar" no início dos anos 80 — aconteceram no final de 1973 com o "choque" dos preços do petróleo. Entre fazer o ajuste da economia já naquela época — o que significava, dentre outras medidas, reduzir drasticamente o volume das importações de petróleo com todas as conseqüências nefastas que isso acarretaria — ou manter o crescimento, mesmo que a um ritmo menor, optaram os governantes pela segunda alternativa, ainda que à custa de um desequilíbrio na balança comercial². Isso foi possível porque os déficits comerciais foram cobertos, a nível de balanço de pagamentos, pela poupança externa. Ou seja, os superávits obtidos pela OPEP, que

² Segundo dados do Banco Central, as importações do País passaram de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 12,6 em 1974.

foram depositados principalmente nos bancos da Grã-Bretanha e dos EUA, serviram para financiar os desequilíbrios das contas externas dos países do Terceiro Mundo. Assim, o Brasil manteve o crescimento de sua economia a taxas razoáveis — em torno de 7% ao ano — ainda que se endividando aceleradamente através dos chamados petrodólares.

Essa "sobrevida" do ciclo de crescimento da economia brasileira permitiu também a continuidade do processo de financiamento das atividades rurais nos moldes propostos na década de 60. Mais ainda, no segundo quinquênio dos anos 70, o crédito continuou crescendo em termos reais, e o subsídio implícito nos contratos de financiamento aumentou, porque as taxas de juros cobradas nesses empréstimos não acompanharam o crescimento do processo inflacionário. Assim, os recursos alocados no setor subiram de US\$ 16,3 bilhões em 1975 para US\$ 20,5 bilhões em 1980, quando atingiram o maior nível no período aqui analisado, e representaram cerca de 49% do PIB agrícola daquele ano. Já o diferencial entre a taxa de juros dos contratos de crédito rural e a taxa de inflação, que era de 12% em 1975, passou a 55% em 1980.

Em 1979-80, mais uma vez, a conjuntura internacional induziu modificações na condução da política econômica. Com efeito, o segundo choque do petróleo e o choque dos juros obrigaram o Brasil a entrar num processo de ajustamento de suas contas externas, o que rebateu, intensamente, a nível interno. Impossibilitado de cobrir o déficit em transações correntes com a poupança externa — escassa e cara —, os condutores da economia nacional optaram pela solução mais ortodoxa, qual seja, a de gerar superávits na balança comercial para, assim, financiar o serviço da dívida externa. Nesse sentido, uma primeira tentativa foi realizada já em dezembro de 1979, através de uma maxidesvalorização do cruzeiro. Entretanto essa medida não surtiu o efeito desejado, porque se estabeleceu uma pré-fixação cambial para o ano de 1980 baseada numa estimativa de inflação muito aquém daquela que efetivamente ocorreu. Ou seja, tendo o ritmo do crescimento dos preços internos em 1980 superado o da desvalorização cambial, anularam-se os efeitos previstos quando da maxidesvalorização do ano anterior.

É a partir de 1981 que o processo de ajustamento realmente tem início. Para gerar excedentes passíveis de exportação e frear as importações, buscou-se reduzir a demanda agregada, o que foi feito através da redução dos salários reais e da elevação da carga tributária e dos juros internos. Ademais, também para gerar saldos comerciais, além da contenção dos custos das empresas via redução dos salários reais, promoveu-se, em 1983, uma outra maxidesvalorização cambial, e nesse momento, para não incorrer no mesmo erro de 1979, estabeleceu-se uma política de minidesvalorização que acompanharia, *pari passu*, o crescimento dos preços a nível interno, não sendo nem mesmo subtraída a inflação externa. Dessa forma, à custa de um processo recessivo interno, principalmente entre 1981 e 1983, o Brasil conseguiu o ajustamento externo: nos primeiros anos da década, foram obtidos superávits comerciais devido, sobretudo, à queda nas importações e, em 1984 e 1985, em virtude do crescimento vertiginoso das exportações — em função da recuperação da economia mundial, em especial da economia norte-americana.

Por outro lado, desde meados da década de 70, o País vinha se utilizando de uma política de juros internos superiores aos praticados no mercado internacional, forçando as empresas, tanto estatais quanto privadas, a captarem recursos no Exterior. O objetivo era, além de conseguir recursos através de fontes não inflacionárias, acumular reservas cambiais e financiar uma dívida que crescia de forma acelerada. Mas, à medida que o balanço de pagamentos acumulava resultados positivos, crescia a liquidez no mercado interno devido à transformação dos dólares em cruzeiros. Para enxugar esse excesso de liquidez, evitando o encadeamento de um processo inflacionário, o Governo foi obrigado a colocar no mercado uma quantidade cada vez maior de títulos da dívida pública, para efetuar o recolhimento de parte do papel-moeda em circulação. Isso criou um novo tipo de problema, qual seja, o da dívida interna: esta cresceu a tal ponto que, praticamente, durante toda a década de 80 — e até os dias atuais —, o Governo se viu na contingência de manter elevadas as remunerações de seus títulos apenas para saldar o serviço da dívida interna. Assim, o que, na origem, tinha por objetivo segurar o crescimento dos preços se transformou, ao longo do tempo, num dos fatores alimentadores da inflação.

Todas essas situações, que decorreram, em última instância, das alterações na conjuntura internacional e da forma como as autoridades governamentais optaram por enfrentá-las, repercutiram fortemente sobre a economia brasileira e, naquilo que nos interessa, sobre as fontes de financiamento à agricultura. A atração exercida pelo mercado financeiro teve como efeito um deslocamento constante e crescente dos recursos dos depósitos à vista para aquele mercado. A participação dos depósitos à vista no total dos haveres financeiros dos bancos — que incluem também os depósitos em poupança e a prazo fixo — caiu de 59,3% em 1967 para menos de 10% no final de 1985 (GM, 31.10.85, p.29). Além disso, a poupança externa, como já foi visto, tornou-se escassa e cara para o Brasil. Dessa forma, à medida que as fontes de financiamento iam escasseando, o volume de crédito rural também decrescia, tanto é que, entre 1980 e 1984, ele passou de US\$ 20 bilhões para US\$ 8 bilhões.

Por outro lado, o recrudescimento do processo inflacionário repercutiu na política de subsídios agrícolas. Argumentava-se que, para cobrir o retorno desvalorizado dos cruzeiros quando do pagamento dos contratos de financiamento, o Governo era forçado a realizar emissões cada vez maiores de papel-moeda, aumentando o déficit público — já de difícil rolagem — e desequilibrando o sistema de preços. Por isso, iniciou-se, em 1980, um processo de retirada gradual dos subsídios, que foram eliminados completamente em 1985. Manteve-se apenas uma taxa de juros para o crédito rural inferior às estabelecidas para outros tipos de financiamento.

No ano de 1986, com o Plano Cruzado, deu-se uma guinada em termos de condução da política econômica. O congelamento de preços, salários e câmbio trouxe conseqüências tanto a nível interno como nas contas externas do País. O aumento do salário real médio e o da massa de salários ativaram o consumo e o investimento e, por conseguinte, a demanda agregada. Ademais, o processo de monetização da economia (expansão da base monetária) reduziu, significativamente, as taxas de juros, colaborando para a troca, por parte dos agentes econômicos, de ativos financeiros por ativos reais. O crédito rural, que vinha em descenso desde 1980 e havia se recuperado parcialmente em 1985, ganhou um novo impulso e atingiu US\$ 16,6 bilhões em 1986, ou seja, valores próximos aos do início da década.

Ainda no decorrer de 1986, o aumento da demanda agregada e a manutenção do câmbio fixo reduziram consideravelmente o saldo da balança comercial — de onde saíam boa parte dos dólares para cobrir as amortizações e os juros da dívida externa —, obrigando o Brasil a reduzir suas reservas internacionais, que caíram em cerca de 40% em um ano.³ Essa situação, por sua vez, levou à decretação da moratória em fevereiro de 1987 e, logo após — em junho —, à divulgação do chamado Plano Bresser, onde, em linhas gerais, se retomou a política econômica do início da década. Ou seja, buscaram-se a contenção da demanda interna — através da redução dos salários reais, arrocho creditício, etc. — e a promoção de superávits na balança comercial.

Essa forma de condução da política econômica, *lato sensu*, vem se mantendo até os dias atuais. Situações conjunturais específicas determinaram, vez por outra, pequenas alterações. Assim, por exemplo, em certos momentos de aceleração da crise social, abrandou-se um pouco a política recessiva, enquanto em outros, devido ao recrudescimento da inflação, contraiu-se mais ainda a demanda agregada.

Especificamente em relação ao crédito rural, o pós 86 apresentou uma tendência declinante. Apenas a título de ilustração, registre-se que, entre o final dos anos 70 e início dos 80, o crédito oscilou em torno de US\$ 17 bilhões, enquanto, entre o final dos anos 80 e o início dos 90, o financiamento às atividades agrícolas no Brasil registrou um valor médio de cerca de US\$ 8 bilhões. Além disso, a taxa de juros média cobrada nos contratos do crédito rural, mesmo menores que aquelas verificadas em outros tipos de financiamento, vem, pouco a pouco, se aproximando das taxas de mercado. Assim, por exemplo, enquanto em 1987 a taxa de juros do crédito agrícola situou-se 2,1% acima da inflação anual, em 1992 ela foi 22,2% superior à inflação daquele ano (de 1.159,9%) (SP. Sec. Agric. Abast., 1993, p.4).

Ao longo do tempo, alteraram-se também as fontes do crédito rural: se antes a captação do dinheiro destinado ao setor rural tinha um custo muito baixo para os agentes financeiros — como, por exemplo, os depósitos à vista, nos quais o banco tinha apenas o custo administrativo de geri-los —, hoje a situação se inverteu com a elevação do custo de captação desses recursos. Um documento da FEBRABAN indica que, em 1992, 90% dos US\$ 8,5 bilhões que estavam aplicados no Setor Primário provinham da poupança rural, dos depósitos especiais remunerados, dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e dos fundos de *commodities* (FEBRABAN, 1993, p.3).

Sumariamente, poderia afirmar-se que o desenvolvimento e a crise no sistema de crédito rural estiveram relacionados à dinâmica da economia brasileira, que, por sua vez, foi fortemente condicionada pela conjuntura internacional, especialmente em termos de facilidades ou constrangimentos na captação de recursos. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no Estado nacional como indutor do crescimento das atividades do complexo agroindustrial, teve seu ponto de inflexão no começo dos anos 80. Até então, foi possível manter um crescimento constante do crédito, porque, apesar

³ As reservas cambiais passaram de US\$ 10,5 bilhões em 1985 para US\$ 6,8 bilhões em 1986 (LANZANA, 1982, p.399).

da crise do petróleo em meados dos anos 70, o País continuou a financiar boa parte de seu desenvolvimento através da poupança externa. Quando essa fonte se esgotou e recrudescceu o processo inflacionário, o Governo viu-se numa situação extremamente complicada em termos da condução da política agrícola, ou melhor, da gestão de seu mecanismo principal, qual seja, o crédito: por um lado, via reduzirem-se, gradativamente, as suas fontes não inflacionárias de financiamento e, por outro, se diminuísse o volume real do crédito ou o subsídio implícito nessas operações, corria o risco de gerar uma crise num setor cujo volume de produção era fundamental para a contenção do processo inflacionário e para a obtenção de divisas no Exterior.

É em torno dessa dualidade que o Governo pautou a sua política agrícola ao longo dos anos 80, ainda que, pouco a pouco, fosse conduzindo a agricultura às denominadas leis de mercado. Contudo esse processo não foi homogêneo nem contínuo. Conjunaturas específicas, como frustrações de safras, queda dos preços agrícolas ou expectativas em relação aos mercados, alteraram, eventualmente, essa tendência.

2- Os segmentos produtivos da agricultura gaúcha e seu grau de vinculação ao crédito rural

Para uma análise dos segmentos produtivos agrícolas e do seu grau de vinculação às políticas públicas dirigidas ao setor — em especial, à política de crédito rural —, poder-se-ia dividir a agricultura do Rio Grande do Sul em quatro grandes grupos.

Num primeiro grupo, estariam os produtores da chamada lavoura empresarial — arroz, trigo e soja —, cujo sistema de produzir, em sua grande maioria, se baseia em técnicas avançadas, vale dizer, são utilizados insumos modernos, máquinas, trabalho assalariado, sendo que o móvel da sua produção é o mercado. Esse segmento, o mais importante do Estado no período aqui analisado, respondeu por valores que variaram entre 33% e 49% do total do VBP da agricultura gaúcha. Historicamente, também os produtores da lavoura empresarial foram os que mais se utilizaram do crédito rural no Estado, tanto em termos absolutos como em relação ao produto gerado. O elo desses agricultores com o sistema oficial de crédito acontece através de contratos individuais firmados diretamente junto ao sistema financeiro ou através de repasses realizados pelas cooperativas. Registre-se ainda que, na cadeia produtiva — indústria, agricultura, indústria e/ou comércio —, os produtores da lavoura empresarial assumem uma posição de destaque, liderando, em diversas oportunidades, os processos reivindicatórios, seja frente a outros grupos da cadeia, seja principalmente frente ao Governo Federal, no sentido de direcionar a política agrícola de acordo com os seus interesses. Isso é realizado através de diferentes entidades, como cooperativas, associações de produtores, sindicatos, etc.

Num outro grupo, poderiam ser incluídos aqueles produtores — na maioria pequenos — cuja atividade se relaciona diretamente à agroindústria. Boa parte desses agricultores também se utilizam de modernas técnicas de produção, e o segmento, no Rio Grande do Sul, tem como principais expoentes as culturas de uva e fumo e as

criações de gado leiteiro, suínos e aves.⁴ Nos 20 anos aqui analisados, esses cinco produtos contribuíram, em média, com cerca de 21% para a formação do VBP da agricultura gaúcha.

A forma de vínculo desses produtores ao sistema de crédito é bastante diversificada. No entanto, de uma maneira geral, ela se diferencia daquela verificada na lavoura empresarial por apresentar o que se poderia denominar de intermediação do setor agroindustrial. O crédito de custeio, por exemplo, via de regra, é fornecido através da agroindústria — com recursos próprios ou de terceiros —, seja ela cooperativada, seja de capital privado. Ainda no caso do custeio, muitas vezes não ocorre o repasse dos recursos, mas dos próprios insumos, como rações ou sementes melhoradas. Em se tratando dos sistemas mais integrados, a agroindústria chega a fornecer até mesmo a matéria-prima, ou seja, no caso da pecuária, os pintos ou leitões a serem criados pelos produtores. Mesmo no crédito para investimento — como, por exemplo, para a construção de aviários —, onde o produtor em algumas oportunidades obtém recursos diretamente no sistema financeiro, é exigido, para a concretização do financiamento, que ele tenha garantida a compra de sua produção pela agroindústria.

Os dados sobre a participação percentual dos produtos vinculados à agroindústria no total do crédito comparativamente à sua contribuição para a formação do VBP agrícola do Estado estão viesados. Pelos resultados obtidos, a princípio conclui-se que esses produtos receberam proporcionalmente menos crédito em relação à sua participação na geração do produto. Essa conclusão decorre do fato de esses dados se referirem apenas a produtores e cooperativas, mesmo que estas últimas incluam também as agroindústrias cooperativadas. No entanto não foi possível obter informações sobre o crédito alocado no setor rural pela agroindústria de capital privado — tanto no que se refere ao volume de recursos propriamente dito, como através da cedência de insumos e matérias-primas, o que, para os propósitos deste trabalho, teria os mesmos resultados. Assim, considerando que a agroindústria de capital privado tem um peso significativo na cadeia produtiva, é provável que os produtores a ela vinculados tenham recebido uma quantidade bem maior de recursos do que aquela verificada com os dados disponíveis. Isso explicaria, por exemplo, o crescimento vertiginoso da produção de aves sob as mais modernas tecnologias disponíveis no mercado.

Por outro lado, sendo o segmento de produtores integrados à agroindústria bastante atomizado e relacionando-se com uma estrutura industrial oligopsonizada, suas possibilidades de impor condições de produção e comercialização praticamente inexistem. Isso, obviamente, é mais nítido no caso dos produtores que comercializam com a

⁴ Registre-se que, a par da atividade comercial, boa parcela desses produtores dedicam-se, também, ao cultivo de outros produtos e/ou à criação de animais, para complementar o abastecimento familiar ou para servir de insumo à produção destinada ao mercado.

agroindústria de capital privado do que para aqueles atrelados à agroindústria cooperativada. De qualquer forma, é o setor industrial que determina o que, quanto e como produzir. No limite, essa atividade rural é um ramo da indústria, e seus produtores, meros operários especializados, já que, em muitos casos, sequer detêm a propriedade de todos os meios de produção utilizados. Ademais, a tênue organização política desse grupo não lhe permite grandes reivindicações frente ao Governo Federal.

Assim sendo, pode-se concluir que o processo de modernização desses produtores se deveu mais à expansão das agroindústrias do que diretamente às benesses da política agrícola.

Um terceiro conjunto é formado por pequenos agricultores, dedicados a várias atividades produtivas, sendo uma ou mais vinculadas ao mercado, enquanto as outras servem ao abastecimento familiar e/ou como insumo à produção mercantil. Estão incluídos nesse segmento, dentre outros, os produtores "comerciais" de milho, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana-de-açúcar e cebola. Esse não é um subsetor tão expressivo economicamente quanto o é em termos sociais. Com efeito, enquanto a participação do VBP dos seis produtos acima mencionados oscilou, nos anos aqui analisados, entre 10 e 17% do VBP agrícola do Estado, o Censo de 1985 registrou que 22% dos quase 500 mil estabelecimentos agrícolas do Rio Grande do Sul tinham numa dessas culturas a sua atividade principal. Ademais, a partir dos dados do Censo, conclui-se que se planta milho em 77% dos estabelecimentos do Estado, feijão em 51% e cana-de-açúcar em 25%.

Historicamente, os produtores desse terceiro grupo usaram muito pouco o financiamento oficial. Em 1985, por exemplo, obtiveram tão-somente 3,8% do crédito rural destinado ao Estado. As razões para isso vão desde o desconhecimento da política de crédito, passam pela pouca atenção que recebem dos bancos e findam no receio de perder a pequena gleba de terra que possuem. Também, de uma maneira geral, esses produtores não estão integrados diretamente a nenhuma agroindústria. O seu maior vínculo comercial é com os intermediários, a quem cedem o excedente e de quem recebem, eventualmente, algum adiantamento pela colheita futura. Neste último caso, tratar-se-ia de uma operação informal de crédito, cujo volume transacionado ao longo do tempo obviamente não está disponível nas estatísticas, mas que, deduz-se, tenha pouca significância, visto que esse segmento, afora raras exceções, continua a produzir com a mesma tecnologia rudimentar de 20 anos atrás. Aliás, essa estagnação no sistema de produção decorre também da pouca representatividade política desse grupo. Excetuando-se a parcela dos produtores de feijão e milho, vinculados às cooperativas de comercialização, e a dos de milho integrados à cadeia suínos-agroindústria ou aves-agroindústria — que eventualmente poderiam beneficiar-se de vantagens obtidas pelos setores comercial e/ou industrial —, os demais não têm quase nenhuma interferência no ordenamento da política agrícola.

Por fim, haveria ainda uma outra parcela de produtores rurais que, também por apresentar certas especificidades, merece uma análise em separado. Trata-se dos médios e dos grandes produtores, cuja atividade principal é a bovinocultura e, num

plano secundário, a ovinocultura e a produção de lã⁵. Essas atividades vêm perdendo participação relativa na agricultura do Rio Grande do Sul: enquanto na década de 70 elas respondiam, em média, por 12% do VBP, na década seguinte sua participação média caiu para 10%.

De uma maneira geral, esses pecuaristas utilizaram pouco crédito, tanto em termos absolutos como percentuais. Por outro lado, afora certos avanços na área sanitária e o aparecimento de alguns "nichos" de modernização, como a utilização de pastagens artificiais e o confinamento de animais, a pecuária bovina manteve o tradicional sistema de produção — baseado na pecuária extensiva —, registrando uma baixa produtividade quando comparada aos padrões internacionais.⁶

Sendo esse grupo composto, em termos de volume de produção para mercado, por médios e grandes proprietários de terras, o que, em tese, lhe dá representatividade política e facilidades de acesso ao crédito, por que ele não se modernizou? É claro que a resposta está no mercado. Mas, exatamente, o que aconteceu? Bem, foge aos objetivos deste artigo discutir a trajetória da bovinocultura, com suas diversas particularidades, situações conjunturais, etc. Entretanto, numa avaliação sucinta, percebe-se que existe um certo senso comum em torno de pelo menos duas questões que explicariam a quase-estagnação da pecuária bovina. Uma refere-se à relação custo/benefício do processo de modernização. A outra diz respeito à possibilidade de o pecuarista transformar-se em rentista e/ou de utilizar parte de sua propriedade em uma outra atividade comercial.

No primeiro caso, alegam os produtores rurais que o custo para modernizar os métodos de produção, mesmo com certas facilidades no financiamento e com o conseqüente aumento de produtividade, não seria compensado quando da venda do produto final, dado que o preço da carne bovina no Brasil é muito baixo comparativamente ao de outros países do Mundo.

Uma outra razão, esta plenamente constatada, é a de que foi possível ao pecuarista, ao longo desses 20 anos, ceder parte de sua propriedade para o cultivo de algum produto mais rentável, ou ele próprio transformar-se em "agricultor". A acelerada expansão da lavoura empresarial na região da Campanha é um bom exemplo disso. Assim, essas alternativas — onde o produtor rural pode ser ora pecuarista, ora rentista, ora lavoureiro — explicariam também a pouca transformação no sistema de produção da pecuária bovina.

⁵ A ovinocultura e a produção de lã têm uma participação irrisória — de aproximadamente 5% — na formação do VBP desse segmento.

⁶ Sobre os indicadores de produtividade da pecuária gaúcha — e brasileira — comparativamente à de países selecionados do resto do Mundo, ver Einloft (1990).

3- Desenvolvimento e crise da capitalização no campo

Como já foi mencionado, nos anos 70, graças à liquidez do sistema financeiro internacional, a economia brasileira — que se utilizou largamente da poupança externa — pôde crescer a taxas elevadas a par de uma inflação relativamente baixa. Esse contexto viabilizou uma política de crédito rural farto e barato, da qual se aproveitaram alguns segmentos produtivos da agricultura brasileira. No Rio Grande do Sul, utilizou-se largamente do sistema oficial de crédito a lavoura empresarial — arroz, trigo e soja — e, em menor escala e via de regra de forma indireta, os agricultores vinculados à agroindústria. Nos demais segmentos, o crédito foi restrito a alguns produtores ou cooperativas, tendo, entretanto, pouca expressão.

Quanto às modalidades de financiamento, serão feitos comentários sobre a relevância do crédito de custeio e do de investimento na capitalização da agricultura gaúcha. Excluiu-se o crédito de comercialização, porque este teria de ser explicado praticamente ano a ano, visto que se modifica em função da relação oferta/demanda de cada produto agrícola numa dada conjuntura.

O crescimento da demanda por máquinas e insumos modernos, tornada viável pelas condições de financiamento, permitiu um desenvolvimento acelerado da indústria a montante da agricultura, ou seja, aquela que produz defensivos, fertilizantes, tratores, implementos agrícolas, etc. No Estado, entre 1970 e 1980, o número de tratores passou de cerca de 40 mil para aproximadamente 120 mil, alcançando um crescimento de 200%. No número de arados de tração mecânica, a *performance* foi ainda melhor: de 37 mil em 1970, o Rio Grande do Sul passou a contar com 136 mil 10 anos depois, ou seja, registrou-se uma evolução de 268% (dados elaborados a partir dos Censos Agropecuários). Quanto à produção e ao consumo de defensivos agrícolas e fertilizantes, mesmo não havendo dados precisos para essa época, foi inegável o seu crescimento *vis-à-vis* ao desenvolvimento da lavoura empresarial.

Nos anos 80, a situação inverteu-se. A crise que se abateu sobre a economia brasileira incidiu no volume de crédito e na concessão de subsídios. Na verdade, os subsídios vão diminuindo gradativamente, até serem completamente eliminados em meados da década. Já o volume de crédito despenca entre 1981 e 1984, recupera-se nos dois anos seguintes e volta a cair a partir de 1987, mantendo-se, a partir daí, no mesmo patamar alcançado em meados da década de 70.

Nesse período, verifica-se igualmente uma alteração na composição das modalidades de financiamento. O financiamento para investimentos, além do decréscimo em termos reais, perdeu também posição relativa no total do crédito. Aliás, essa tendência iniciou já em meados da década de 70. Nesse decênio, apesar do financiamento para investimentos atingir uma média de 20% sobre o total do crédito, chegou ao ano de 1980 respondendo por apenas 10%. No transcorrer dos anos 80, a queda acentuou-se: em 1985, o crédito para investimentos atingiu 7% do total dos financiamentos concedidos no Estado, diminuindo sua participação percentual para 3% em 1990. Por conseguinte, aumentou a participação relativa do crédito para custeio, ainda que este, em termos reais, também viesse declinando ao longo dos anos 80.

Todas essas alterações, tanto no volume quanto na composição do crédito, repercutiram na indústria a montante da agricultura. Tomando-se a produção de tratores no Brasil, percebe-se uma correlação entre o comportamento dessa indústria, do crédito e da economia brasileira como um todo.⁷ Assim sendo, após produzir quase 70 mil tratores em 1980, a indústria nacional reduziu drasticamente sua produção entre 1981 e 1983, recuperou-se nos três anos seguintes — principalmente em 1986, quando produziu 60 mil unidades —, para novamente entrar num processo recessivo a partir de 1987, chegando, em 1990, com uma produção de apenas 32 mil tratores (Conj. Econ., 1991). No Rio Grande do Sul, o número de tratores cresceu só 15% entre 1980 e 1985 — último ano para o qual foi possível obter informações. Nesse mesmo período, o número de arados de tração mecânica no Estado evoluiu tão-somente 4%.

Ainda no decorrer dos anos 80, quando se verifica o comportamento do setor produtor de defensivos e fertilizantes, constatam-se algumas diferenças interessantes em relação à tendência observada na análise da indústria de máquinas agrícolas.⁸

Detectou-se que, proporcionalmente, a queda no consumo de defensivos e fertilizantes no período considerado — *grosso modo*, 1980-90 — foi bem menor do que a diminuição registrada na demanda por máquinas agrícolas. Ademais, ela aconteceu somente entre 1981 e 1983. Daí em diante — inclusive no pós 1986 —, o consumo de insumos modernos não só se recuperou, como também se manteve em patamares próximos ao obtido em 1980.

A modificação na composição do crédito no decorrer dos anos 80 — mais custeio, menos investimento — explica apenas em parte essa trajetória no consumo de defensivos e fertilizantes. A redução do volume de crédito, em termos reais, deveria refletir-se no comportamento da demanda por insumos modernos. Se isso não ocorreu — pelo menos na intensidade previsível — é porque os produtores rurais passaram a alocar na sua atividade produtiva uma parcela maior de recursos próprios, na medida em que o crédito ficava mais escasso.⁹

⁷ Na verdade, em alguns momentos, houve uma pequena defasagem entre o desempenho da economia e a evolução do crédito rural. Em 1984, por exemplo, a economia já dava sinais de recuperação, enquanto o volume real de crédito atingia um dos pontos mais baixos da década.

⁸ Entre as informações a que se teve acesso, optou-se por analisar aquelas onde era possível agrupar o maior número de anos. Assim, a escolha recaiu sobre o consumo aparente de defensivos entre 1980 e 1991 e o consumo aparente de fertilizantes entre 1980 e 1988 (as informações foram levantadas, respectivamente, pela Associação Nacional de Defensivos Agrícolas e pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas). Ademais, os dados estão agrupados a nível de Brasil. Entretanto, para os propósitos deste trabalho, onde se objetiva apenas levantar tendências, acredita-se que esses dados possam refletir de maneira fiel o que aconteceu na agricultura gaúcha.

⁹ Observe-se que, durante os anos 70, o subsídio embutido nos contratos de financiamento rural permitia aos agricultores a canalização de recursos próprios para outras aplicações mais rentáveis. Na época, inclusive, surgiram até denúncias de desvio de recursos, tomados no Sistema Nacional de Crédito Rural, mas aplicados fora do setor agrícola.

O fato de os produtores não contarem mais com o volume anterior de recursos oficiais, que, além disso, se tornavam mais caros, fez com que houvesse uma preocupação maior com o retorno dos capitais aplicados ou, o que no presente caso seria o mesmo, com a produtividade das culturas. Esse comportamento teve como consequência a manutenção em certo nível do consumo de defensivos e fertilizantes, que são, em grande parte, os responsáveis pelos níveis de produtividade. Com o mesmo objetivo, é plausível que os produtores tenham se tornado mais cautelosos na escolha de sementes, época do plantio, tratos culturais, etc. Em decorrência disso, apesar da redução do volume total de crédito ocorrida nos anos 80, a lavoura empresarial manteve um bom desempenho.¹⁰

Por outro lado, deve-se esclarecer que a capitalização da agricultura gaúcha — em termos de máquinas agrícolas adquiridas pelo setor — alcançou o seu auge entre 1975 e 1980, quando principalmente a lavoura empresarial adquiriu uma excelente capacitação tecnológica. Assim, boa parcela do parque de máquinas disponível no campo do Rio Grande do Sul ainda estava em boas condições de uso no transcurso da década de 80. Isso, aliado à manutenção dos gastos com custeio, foi um dos fatores decisivos para a continuidade dos níveis de produtividade da lavoura empresarial.

Todavia, na medida em que a maquinaria vai se tornando obsoleta e não existem recursos para repô-la, reduz-se a capacidade tecnológica e emerge a crise na lavoura empresarial. Crise esta que, aprofundando-se neste final de século, trará sérias consequências para o Brasil e, obviamente, para o Rio Grande do Sul. Não é demais lembrar que, além de colaborar decisivamente para o abastecimento interno com seus três produtos, a lavoura empresarial gaúcha auxilia na captação das divisas — através da soja — e na sua poupança — através do trigo. Além disso, a importância desse segmento produtivo deve ser avaliada não só por sua participação no Produto estadual, mas também pelos efeitos que desencadeia no resto da economia do Estado, principalmente nos setores a montante e a jusante da agricultura. Estima-se, hoje, que o complexo agroindustrial represente entre 30% a 40% do PIB do Rio Grande do Sul.

4 - A produção agrícola e o comportamento dos mercados

É importante lembrar que o acesso ao financiamento e, por conseguinte, às possibilidades de capitalização, não é responsável, de forma exclusiva, pelo comportamento de um determinado produto e/ou segmento produtivo. O desenvolvimento

¹⁰ Na verdade, fazem-se necessários alguns comentários a esse respeito: na lavoura do Rio Grande do Sul, excluídas as modificações decorrentes de fatores climáticos, a produtividade física que cresceu foi a do arroz, e, a partir de meados da década, também a do trigo, apesar da redução de sua área cultivada. A produtividade da soja sofreu acréscimos pouco significativos, e a da grande maioria dos demais produtos da lavoura permaneceu constante.

tecnológico somente potencializa a capacidade de certos setores em responderem a contento às necessidades da demanda. Nesse sentido, torna-se imprescindível também uma análise sobre a dinâmica dos mercados e seu efeito sobre a agricultura gaúcha. Não está, dentre os objetivos deste trabalho, o de descrever a evolução de cada produto *vis-à-vis* ao comportamento dos mercados e dos preços. Pretende-se apenas expor algumas tendências verificadas ao longo desses 20 anos, que, sem dúvida, colaboraram para a atual conformação da agricultura do Rio Grande do Sul.

O crescimento da economia brasileira na década de 70 foi acompanhado de um processo de concentração de renda. Assim, a demanda que realmente "puxou" o desenvolvimento nacional foi aquela vinculada à produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Uma vez que o acréscimo do poder aquisitivo esteve direcionado às camadas de médias e altas rendas, ele não se traduziu num crescimento proporcional do consumo de alimentos. Assim, este evoluiu mais em função do aumento de pessoas empregadas e, por conseguinte, da massa de salários, do que propriamente em decorrência do crescimento do salário real médio. Já entre 1981 e 1992, à exceção de 1985-86, a economia brasileira manteve-se estagnada, evoluindo, na grande maioria dos anos, a taxas inferiores à do crescimento vegetativo da população. Ademais, aumentou a concentração da renda, como bem indicam os dados sobre a participação relativa do trabalho e do capital na formação da Renda Nacional. Entretanto, dada a sua essencialidade, a demanda por alimentos não diminuiu na mesma proporção da queda da participação dos salários na Renda Nacional.

Por outro lado, desde o final da década de 60, o País passou a incentivar suas exportações através de diversas medidas de política econômica. Essa abertura ao Exterior, mesmo privilegiando os bens manufaturados, atingiu também os produtos primários, seja diretamente, através da desvalorização cambial, seja indiretamente, através de incentivos à colocação de produtos agroindustriais no mercado externo. Então, ainda que em alguns momentos houvesse confisco cambial sobre a exportação de bens agrícolas, só o fato de a variação cambial acompanhar a inflação interna — através do sistema de minidesvalorização — já auxiliava na competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Essa foi a tendência da política econômica. Todavia, em situações conjunturais específicas e para garantir o abastecimento interno, proibiu-se a exportação de determinados produtos, em prejuízo do setor agrícola.

Numa análise englobando as duas décadas, poder-se-ia afirmar que, a partir da conjuntura internacional e da opção de política econômica escolhida pelas autoridades governamentais, se estabeleceram as oportunidades de mercado, tanto a nível interno quanto a nível internacional. Nesse sentido, a demanda por produtos agrícolas no mercado interno teve um crescimento razoável na década de 70, estabilizando-se no decênio seguinte. Quanto ao setor externo, obviamente o "mercado em si" foi condicionado por fatores exógenos à economia brasileira. Entretanto foram criados e mantidos, durante praticamente todo o período aqui analisado, determinados mecanismos de política econômica que facilitaram — ou não impediram — a conquista de fatias desse mercado.

Dentre os principais produtos da agricultura gaúcha, foi a soja que obteve o melhor desempenho. Nos anos 70, os produtores rurais aproveitaram-se dos bons preços e da ampliação do consumo mundial para conquistar uma fatia significativa do mercado externo. No Estado, entre 1971 e 1980, a produção dessa oleaginosa apresentou um crescimento médio de 15% ao ano, e sua área colhida saltou, no mesmo período, de 1,1 para 3,9 milhões de hectares. No decênio seguinte, o crescimento da produção de países concorrentes — como a Argentina — aliado à estabilização do mercado da Comunidade Econômica Européia, reduziu os preços desse produto. Isso refletiu-se na produção gaúcha de soja, que teve um decréscimo na área cultivada, estabilizando-se, nos últimos anos, em torno de 3,0 milhões de hectares.

Nos últimos 20 anos, a produção de trigo apresentou grandes oscilações. Entretanto a tendência foi de redução da área cultivada, haja vista que, em 1970, se plantou 1,4 milhão de hectares desse grão e, em 1990, apenas 980 mil. Mesmo que o seu cultivo em sucessão com a soja tenha servido para reduzir os custos unitários de produção, a instabilidade dessa cultura é um fator de alto risco para o agricultor. Isso, aliado à mudança na política para o produto — corte do subsídio — e à concorrência externa — que tem condições de colocar no Brasil o trigo a preços mais baixos que o custo de sua produção no País —, explica o declínio no cultivo desse grão. Registre-se, entretanto, que, a partir de 1985, a utilização de uma nova variedade de semente — mais resistente às variações climáticas — e o aprimoramento nos tratos culturais elevaram a produtividade física do trigo. Assim, ao longo do tempo, é possível que tenha ocorrido uma seleção entre os produtores de trigo, mantendo-se no mercado apenas os mais eficientes.

A cultura do arroz vem apresentando, através dos anos, um crescimento tanto em termos de área colhida quanto de produtividade física. Por exemplo, comparando-se a média da área colhida e a da produtividade física dos cinco primeiros anos da década de 70 com os cinco últimos da década seguinte, observou-se que, enquanto a área passou de 0,43 para 0,76 milhão de hectares, a produtividade aumentou de 3,6 mil para 4,5 mil kg/ha. Entre as duas décadas, o preço médio real do arroz caiu bastante. Todavia os produtores gaúchos aproveitaram-se da estabilidade do arroz irrigado — que pouco sofre com as variações climáticas —, aprimoraram ainda mais sua tecnologia de produção e ganharam uma fatia expressiva do mercado nacional à custa da instabilidade do arroz de sequeiro produzido nos outros estados da Federação (FÜRSTENAU, 1990, p.217).

No segmento mais intimamente vinculado à agroindústria, foi a produção de aves aquela que apresentou um melhor desempenho, na medida em que "ganhou espaço" tanto no mercado externo quanto no interno. Com efeito, a partir de meados dos anos 70, o desenvolvimento da agroindústria e as condições favoráveis de financiamento repercutiram intensamente na produção. Esta apresentou um salto de qualidade, que, aliado à política de subsídios às exportações, garantiu a conquista de fatias importantes do mercado internacional, sobretudo a do Oriente Médio. No transcorrer dos anos 80, ainda que com alguns percalços, ampliou-se sobremaneira a exportação de carne de aves.

A nível interno, a tendência foi a mesma, ou seja, nos anos 70 expandiu-se a participação relativa do consumo de aves no total da demanda por carnes, e, no decênio seguinte, o avanço foi ainda mais significativo. Na verdade, devido principalmente a seu preço relativo e a sua maior rapidez na adequação à demanda, a produção de frango foi conquistando espaço na mesa do brasileiro. Dados para o País indicam que, no período 1976-88, a participação da carne de frango na oferta total do complexo carnes saltou de 17,7 para 37,6%, enquanto a de carne bovina caiu, no mesmo período, de 62,1 para 43,6% (EINLOFT, 1990, p.283). No mesmo sentido, apontam os dados relativos ao consumo *per capita* da carne de frango no Brasil: ele passa de 4,9 em 1975 para 18,3 kg/hab./ano em 1992.¹¹ O Rio Grande do Sul foi um dos estados da Federação que mais se beneficiou dessa expansão do mercado. Entre 1970 e 1992, o abate de aves no Estado dos irrisórios 13 milhões chegou a 261 milhões de cabeças.

Ainda dentro do complexo carnes, cabe um rápido registro sobre a evolução da produção de suínos e bovinos. O mercado de carne suína e de seus subprodutos sofreu um forte revés no final da década de 70 com o aparecimento de focos de peste suína no rebanho brasileiro, o que, além de fechar as portas do mercado europeu, criou uma certa resistência ao seu consumo no mercado interno. No início dos anos 80, os baixos preços desse produto e o elevado custo da ração — em decorrência da alta dos preços do milho — obrigaram os produtores rurais a abaterem matrizes e animais recém-nascidos, reduzindo, portanto, a oferta futura do produto. Dessa forma, o abate desses animais, no decorrer dos anos 80, situou-se num patamar abaixo daquele registrado no decênio anterior. A crise descrita acima deu início a uma transformação do sistema de produção. Ou seja, pouco a pouco, vêm sendo excluídos do mercado os produtores menos eficientes, e estão aumentando sua participação relativa aqueles que produzem sob maiores escalas de produção e/ou integrados ao sistema agroindustrial, conseqüentemente, com melhores níveis de produtividade.

No Estado, a produção de carne bovina manteve-se praticamente estagnada nos 20 anos aqui analisados. Todavia, dado que no Rio Grande do Sul a área da pecuária perdeu espaço para a da lavoura e os abates permaneceram estáveis, deduz-se que tenha aumentado a eficiência do setor, ainda que os índices de produtividade da pecuária gaúcha se situem bem abaixo dos padrões internacionais. Por outro lado, a participação da carne bovina no mercado internacional tem oscilado em função da própria conjuntura externa e de fatores de origem interna. Assim, por exemplo, do início até meados dos anos 80, tendo em vista os bons preços no mercado externo e a recessão da economia brasileira, o Rio Grande do Sul praticamente dobrou suas exportações, que passaram de cerca de 27.000 toneladas em 1980 para aproximadamente 50.000 toneladas em 1985. Já em 1986, em virtude dos efeitos do Plano Cruzado, o Governo restringiu as exportações, e o Estado colocou no mercado internacional apenas 28.000 toneladas, tendência esta que só foi revertida no final da década (EINLOFT, 1990, p.301).

¹¹ Em 1975, o Brasil produziu 519 mil toneladas de carne de frango e exportou 3 mil. Já em 1992, produziu 3.192 mil toneladas e exportou 350 mil. Ver *Aves & Ovos* (1992, p.6).

Quanto aos demais produtos da agricultura gaúcha — isto é, aqueles que não tiveram mercado externo e/ou crédito rural e/ou vinculação direta à agroindústria —, observou-se que, afora raras exceções, eles mantiveram ou reduziram a área cultivada sem nenhum acréscimo de produtividade física. Como já foi mencionado, o excedente dessa produção é dirigido ao mercado através de cooperativas ou, principalmente, de intermediários. Então, sem aumento significativo do consumo de alimentos e sem beneficiar-se da política oficial de crédito, essa produção só poderia mesmo ficar estagnada. Acrescente-se ainda que a permanência de uma parcela dos pequenos produtores no campo decorre do fato de que eles, além de uma ou mais culturas comerciais, produzem também para autoconsumo, o que os torna menos vulneráveis ao comportamento do mercado. Ou seja, a sobrevivência familiar fica relativamente garantida, ainda que haja uma frustração de safra na cultura comercial ou que esta não alcance bons preços no mercado.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, tentou-se mostrar, em linhas gerais, a dinâmica da economia brasileira e como ela incidiu sobre a capitalização da agricultura e a estruturação dos mercados agrícolas. Caberia ainda, para finalizar, tecer algumas considerações sobre as perspectivas do setor agrícola do Rio Grande do Sul. Além das expectativas relacionadas ao comportamento das políticas públicas, no que se refere aos mercados interno e externo, incluíram-se também algumas idéias a respeito do MERCOSUL, dada a possibilidade concreta de o Brasil vir a participar desse Mercado Comum, cujo funcionamento em definitivo está previsto para janeiro de 1995.

A continuar a tendência de estagnação da economia brasileira, não existe a menor probabilidade de o volume real de crédito se alterar substancialmente. Talvez até decline do patamar de US\$ 6 bilhões a US\$ 8 bilhões em que vem se mantendo nos últimos anos. Supondo-se a recuperação da economia, é provável uma elevação no volume de crédito, privilegiando-se os gastos em investimentos, dado o desgaste do parque de máquinas do campo brasileiro.¹² De qualquer sorte, o retorno às condições vigentes na década de 70 seguramente não acontecerá. O subsídio, se houver, será bem menor do que o daquela época e localizado numa ou noutra cultura.

Além disso, os países do MERCOSUL deverão ter uma política agrícola comum. Excluindo o Brasil, os demais países que irão compor esse mercado regional vêm praticando uma política agrícola de cunho liberal, isto é, pautada, em linhas gerais, na ausência de mecanismos extramercado. Assim, resguardadas certas particularidades da produção primária, a tendência que se vislumbra é a de a agricultura fluir ao sabor das leis de mercado.

¹² Observe-se que os recursos não seriam alocados para montar um parque industrial, mas tão-somente para substituir as máquinas que chegassem ao fim de sua vida útil.

Não obstante isso, cabe ressaltar uma questão: tratou-se, neste artigo, basicamente de um mecanismo de política agrícola, o crédito rural, que foi, sem dúvida, o mais importante instrumento de intervenção governamental no setor. Entretanto a agricultura brasileira esteve exposta a uma série de outras regras institucionais. Algumas a beneficiaram, como a política de preços de garantia; outras nem tanto, como a política de formação e liberação de estoques; outras, ainda, mesmo que conjunturais, a penalizaram, como as medidas sobre congelamento ou controle de preços, liberação de importações, etc. Dessa forma, quando se vislumbra a liberalidade nos mecanismos de política agrícola, inclui-se todo o conjunto de medidas elencadas acima. Ou seja, está-se supondo que os agricultores brasileiros só aceitarão discutir a desregulamentação do setor se for incluída nas negociações a possibilidade do afrouxamento de medidas que, historicamente, vêm prejudicando a rentabilidade da atividade rural.

Quanto ao mercado internacional, as possibilidades de o Brasil — e, por conseguinte, de o Rio Grande do Sul — ampliar sua fatia nesse mercado estão na dependência da evolução das negociações da Rodada Uruguaí do GATT. A liberalização do comércio mundial de produtos alimentícios vem sofrendo forte oposição da Comunidade Econômica Européia e do Japão, que insistem, em nome da política de "seguro alimentar", em continuar subsidiando suas respectivas agriculturas. Mesmo os EUA, apesar da defesa de suas autoridades em prol da liberdade do comércio, vêm experimentando internamente uma forte pressão contrária a essa abertura por parte de grupos ligados ao complexo agroindustrial. O Brasil evidentemente tem interesse na liberalização do comércio mundial de produtos alimentícios, porque alguns segmentos de seu complexo agroindustrial são competitivos a nível externo e, portanto, ganhariam fatias desse mercado.

Especificamente em relação ao MERCOSUL, algumas avaliações preliminares vêm demonstrando as possíveis dificuldades por que passará o setor agrícola do Centro-Sul brasileiro quando da entrada em funcionamento desse Mercado Comum. Em primeiro lugar, deve-se mencionar que, excluído o Brasil, os demais países possuem uma população conjunta de cerca de 21% da população total do MERCOSUL, representando, por conseguinte, uma demanda em potencial por produtos agrícolas apenas razoável. Já pelo lado da oferta, esses países — notadamente a Argentina — em geral apresentam custos de produção agrícola inferiores aos verificados no Brasil. Assim, a princípio, as atividades agrícolas dessas nações seriam beneficiadas com a eliminação das tarifas alfandegárias no âmbito do MERCOSUL, seja pelo grau de competitividade de seus produtos, seja por passarem a ter acesso a um mercado de proporções extraordinárias. Ainda de acordo com estudos preliminares, o Brasil possui nítidas vantagens comparativas apenas em alguns setores da agroindústria, como o de suínos e o de aves.

De qualquer forma, até a plena vigência do MERCOSUL deverão estar acordadas algumas salvaguardas visando à proteção — pelo menos por um certo período — dos segmentos produtivos mais sensíveis das respectivas economias. Ademais, as melhores áreas dos países vizinhos já estão plenamente ocupadas. Sendo assim, o incremento da produção nesses países — com o objetivo de conquistar fatias do mercado brasileiro —

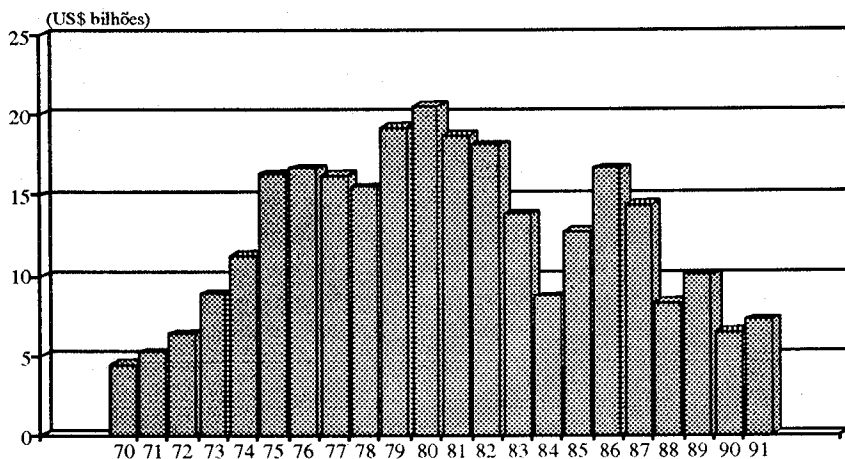
dar-se-á em terras de qualidade inferior e/ou através de melhorias tecnológicas, visando aumentar a produtividade física do solo. Qualquer dessas hipóteses poderá modificar o patamar dos custos unitários de produção, beneficiando, então, o grau de competitividade do produto brasileiro.¹³

Uma quarta via de especulação relaciona-se ao mercado interno. Nesse sentido, entende-se que somente a recuperação da economia brasileira — e, por conseqüência, o crescimento da massa salarial — tiraria o setor agrícola do mercado interno da letargia em que se encontra atualmente. Se essa recuperação viesse acompanhada de um processo redistributivista, o impacto seria bem mais significativo. Recorde-se que o Brasil tem hoje cerca de 32 milhões de pessoas em situação de miséria absoluta. Isso, só para se ter uma idéia de seu potencial de demanda, equivale ao total da população da Argentina, ou a cerca de 7,5 vezes a do Paraguai, ou, ainda, a 10 vezes a população do Uruguai. Recentemente, foi veiculado pela imprensa um estudo onde se afirma que, apenas para complementar as calorias dessa população subnutrida, seria necessário ao País produzir, dentre outras, mais 900 mil toneladas de carnes, 1,5 milhão de toneladas de arroz e 1 milhão de toneladas de feijão (CP, 20.7.93, p.2). Esses dados, por si só, refletem a potencialidade do mercado interno e sua representatividade no desenvolvimento da agricultura nacional.

¹³ Sobre as perspectivas do setor agrícola brasileiro — e gaúcho — no MERCOSUL, ver Garcia e Fürstenau (1993).

GRÁFICO 1

CRÉDITO AGRÍCOLA TOTAL NO BRASIL — 1970-91



FONTE: BACEN.
CNA/DETEC.

Tabela 1

Participação percentual de grupos de produtos selecionados no total do crédito rural e no Valor Bruto da Produção, no Rio Grande do Sul — 1970-1990

DISCRIMINAÇÃO	1970		1975		1980		1985		1990	
	Crédito Rural	VBP	Crédito Rural	VBP	Crédito Rural	VBP	Crédito Rural	VBP	Crédito Rural	VBP
Grupo 1	76,4	38,3	77,8	49,0	70,9	38,7	76,8	45,5	72,2	35,6
Grupo 2	1,1	19,1	4,1	18,2	8,9	22,0	4,8	17,8	9,0	26,5
Grupo 3	3,7	16,9	1,7	13,4	7,5	14,8	3,8	12,2	6,3	12,1
Grupo 4	2,3	13,6	10,1	8,8	2,3	13,9	2,4	10,1	2,4	9,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CRÉDITO RURAL; dados estatísticos 1970-75-80-85 (s.d) Brasília; BACEN. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL 1990 (s.d). Brasília: BACEN. FEE/NCR.

- NOTA: 1. Grupo 1, arroz, soja e trigo; Grupo 2, aves, fumo, leite, suínos e uva; Grupo 3, batata, cebola, cana-de-açúcar, feijão, milho e mandioca; Grupo 4, bovinos, ovinos e lã.
2. Os percentuais dos anos de 1970, 1975 e 1980 referem-se apenas ao crédito de custeio, já que os financiamentos para investimento e comercialização não estavam disponíveis para a maioria dos produtos.
3. Em 1970, o crédito de custeio não discrimina os seguintes produtos: no Grupo 2, aves, fumo e uva; no Grupo 3, batata e cebola; e, no Grupo 4, lã. Já para 1975 e 1980, isso ocorre apenas no Grupo 3, com a cebola, e no Grupo 4, com a lã.



Tabela 2

Participação percentual de grupos de produtos selecionados
no total do Valor Bruto da Produção agrícola
no Rio Grande do Sul — 1970-92

ANOS	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
1970	38,3	19,1	16,9	13,6
1971	39,4	20,5	15,8	12,4
1972	36,7	20,8	17,5	13,5
1973	45,2	17,7	13,5	12,7
1974	46,8	18,8	13,5	10,6
1975	49,0	18,2	13,4	8,8
1976	46,2	18,3	15,0	9,7
1977	45,0	17,2	16,4	10,4
1978	41,9	19,8	15,9	11,3
1979	33,4	25,1	14,4	16,8
1980	38,7	22,0	14,8	13,9
1981	39,7	22,8	14,6	10,5
1982	37,4	25,8	12,1	11,2
1983	41,3	20,2	14,2	10,7
1984	42,9	17,6	14,7	10,4
1985	45,5	17,8	12,2	10,1
1986	42,6	21,2	11,7	9,2
1987	42,6	21,1	11,7	9,9
1988	42,1	22,9	10,1	9,8
1989	39,2	23,4	11,9	9,6
1990	35,6	26,5	12,1	9,1
1991	35,4	28,5	9,6	8,7
1992	37,0	29,3	11,3	6,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: NCR/FEE.

NOTA: Grupo 1, arroz, soja e trigo; Grupo 2, aves, fumo, leite, suínos e uva; Grupo 3, batata, cebola, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho; Grupo 4, bovinos, ovinos e lã.

Tabela 3

Participação percentual do crédito destinado ao custeio,
ao investimento e à comercialização no total
do crédito rural, no Rio Grande
do Sul — 1970-1990

ANOS	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1970	43,74	33,45	22,80
1975	49,84	24,76	25,40
1980	57,38	10,83	31,79
1985	65,23	7,37	27,40
1990	71,61	3,18	25,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CRÉDITO RURAL; dados estatísticos 1970-75-80-85 (s.d.) Brasília: BACEN
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL 1990 (s.d.) Brasília: BACEN

Tabela 4

Destino da produção de produtos selecionados
da agricultura gaúcha — 1975-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	CONSUMO NA PROPRIEDADE	COMERCIALIZAÇÃO	SEM DECLARAÇÃO
Arroz			
1975	4,3	95,3	0,4
1980	2,0	97,8	0,2
1985	2,4	97,5	0,1
Feijão			
1975	-	-	-
1980	34,8	65,0	0,2
1985	35,1	64,7	0,2
Fumo			
1975	11,1	88,7	0,2
1980	11,5	88,4	0,1
1985	9,8	90,0	0,2
Mandioca			
1975	86,9	12,6	0,5
1980	88,6	11,3	0,1
1985	91,0	8,9	0,1
Milho			
1975	64,4	35,3	0,3
1980	66,3	33,5	0,2
1985	64,7	35,3	0,0
Soja			
1975	0,9	99,0	0,1
1980	0,7	99,2	0,1
1985	0,4	99,4	0,2
Trigo			
1975	3,5	96,4	0,1
1980	1,0	98,8	0,2
1985	1,1	98,7	0,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGROPECUÁRIO 1975-80-85: Rio Grande do Sul (1979, 1983, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 5

Destino da comercialização de produtos selecionados
da agricultura gaúcha — 1975-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	COOPERATIVAS	INDÚSTRIAS	INTERMEDIÁRIOS	CONSUMIDORES
Arroz				
1975	28,7	31,4	37,9	2,0
1980	36,4	42,8	19,3	1,4
1985	39,3	39,2	20,8	0,7
Feijão				
1975	-	-	-	-
1980	9,5	0,9	81,1	8,5
1985	23,1	3,0	67,5	6,4
Fumo				
1975	1,1	75,1	22,6	1,2
1980	1,9	91,9	5,7	0,5
1985	0,6	96,3	2,9	0,1
Mandioca				
1975	0,8	14,1	48,8	36,2
1980	1,2	10,4	47,4	40,9
1985	3,0	11,5	45,1	40,4
Milho				
1975	10,0	3,6	72,9	13,5
1980	11,7	5,5	63,6	19,2
1985	22,7	7,5	57,9	11,8
Soja				
1975	64,6	7,3	26,8	1,2
1980	64,7	12,5	21,5	1,3
1985	60,0	15,9	23,1	0,9
Trigo				
1975	87,4	2,4	8,8	1,4
1980	88,4	3,8	7,3	0,5
1985	82,0	5,8	10,7	1,5

FORNE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGROPECUÁRIO 1975-80-85: Rio Grande do Sul (1979, 1983, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 6

Área colhida das principais culturas da lavoura do Rio Grande do Sul — 1970-92

a) arroz, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão e fumo

(ha)

ANOS	ARROZ	BATATA	CANA-DE- -AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO
1970	430 822	65 939	54 016	18 986	259 767	88 191
1971	412 322	63 533	52 448	18 657	250 391	86 837
1972	433 684	63 036	51 159	17 743	216 316	84 132
1973	415 934	55 095	40 053	19 592	220 613	72 108
1974	435 600	63 010	39 200	19 212	189 279	75 000
1975	468 585	60 908	37 920	19 029	187 653	77 107
1976	548 311	63 200	38 000	19 900	182 000	89 600
1977	566 000	61 000	42 000	22 500	175 000	99 000
1978	538 800	65 700	41 700	19 800	203 700	104 000
1979	525 000	62 900	37 194	22 500	178 300	107 600
1980	598 982	56 139	32 193	20 477	205 546	108 459
1981	612 912	47 879	37 486	22 524	212 706	99 450
1982	624 254	45 779	37 663	19 703	213 671	98 438
1983	636 539	45 917	34 190	19 858	187 437	108 710
1984	724 614	48 867	34 757	23 122	196 682	99 986
1985	720 969	41 360	32 087	18 175	204 344	90 566
1986	726 839	42 074	32 958	17 139	221 730	90 136
1987	803 108	39 396	34 895	19 561	223 178	106 090
1988	810 996	42 450	34 526	16 045	196 272	103 830
1989	804 068	38 386	35 222	16 692	190 837	116 853
1990	698 099	41 735	31 175	17 271	214 260	115 445
1991	804 095	45 480	31 720	17 148	218 026	123 183
1992	898 097	51 591	32 830	18 642	223 418	153 921

b) mandioca, milho, soja, trigo e uva

ANOS	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TRIGO	UVA
1970	287 812	1 737 080	871 202	1 467 947	47 753
1971	291 458	1 722 014	1 133 213	1 779 061	53 996
1972	270 766	1 717 006	1 459 594	1 750 098	55 268
1973	273 327	1 507 083	2 217 570	1 372 952	35 620
1974	250 000	1 525 000	2 770 000	1 565 380	35 000
1975	266 429	1 524 138	3 113 286	1 898 923	39 000
1976	240 000	1 580 000	3 296 000	2 010 000	42 000
1977	239 900	1 673 000	3 490 000	1 523 500	42 000
1978	209 800	1 630 400	3 754 000	1 243 800	41 300
1979	230 923	1 787 500	4 031 826	2 004 010	41 250
1980	153 939	1 861 298	3 987 502	1 358 522	38 264
1981	137 807	1 818 696	3 816 460	903 970	38 479
1982	137 834	1 851 740	3 539 585	1 308 052	38 702
1983	136 996	1 778 993	3 402 835	690 566	39 646
1984	127 275	1 883 224	3 641 813	634 187	38 631
1985	127 601	1 744 881	3 637 173	970 804	39 207
1986	134 565	1 525 461	3 243 018	1 169 234	40 213
1987	132 450	1 955 387	3 157 413	998 324	39 852
1988	134 850	1 619 568	3 438 359	1 051 188	39 839
1989	121 187	1 572 287	3 669 457	808 649	40 436
1990	121 466	1 645 951	3 516 048	988 158	40 027
1991	112 200	1 808 429	3 116 577	619 767	39 983
1992	106 090	2 007 315	2 876 598	490 619	39 634

Tabela 7

Produção física dos principais produtos agrícolas no Rio Grande do Sul— 1970-92

a) arroz, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão e fumo

ANOS	ARROZ	BATAIA	CANA-DE- -AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO
1970	1 543 196	359 725	1 227 020	129 363	245 040	98 114
1971	1 519 510	394 315	1 208 412	133 528	204 035	97 135
1972	1 613 380	409 152	1 191 487	119 274	172 355	100 774
1973	1 433 872	331 973	963 607	138 533	176 576	81 784
1974	1 550 000	378 465	884 000	135 808	152 712	118 000
1975	1 803 657	395 506	814 017	135 700	155 624	97 722
1976	1 975 623	403 800	903 000	135 700	140 300	112 300
1977	2 105 000	387 600	987 000	148 200	109 500	122 500
1978	2 009 103	391 300	980 000	118 500	132 300	140 500
1979	1 675 000	417 000	1 046 556	150 700	136 700	143 000
1980	2 293 386	298 511	869 580	151 193	80 378	149 287
1981	2 455 360	288 816	1 003 308	192 665	127 683	137 948
1982	2 589 885	245 624	965 779	168 555	146 928	152 839
1983	2 220 497	260 078	876 098	167 483	92 445	156 156
1984	3 119 013	324 299	886 709	155 988	133 097	162 883
1985	3 207 046	264 728	971 292	172 876	138 211	154 838
1986	2 987 503	188 288	1 043 873	106 645	58 243	129 966
1987	3 561 498	274 329	1 047 494	166 743	111 522	147 454
1988	3 881 290	315 244	1 018 530	124 274	140 295	183 349
1989	3 968 877	292 292	1 066 520	127 355	143 502	201 200
1990	3 194 390	339 464	914 948	131 647	140 610	204 615
1991	3 809 846	332 460	839 955	110 865	99 461	186 568
1992	4 568 263	420 148	1 024 343	176 119	190 650	283 075

b) mandioca, milho, soja, trigo e uva

ANOS	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TRIGO	UVA
1970	3 607 676	2 386 628	976 808	1 448 508	403 188
1971	3 638 912	2 370 510	1 392 917	1 552 077	347 513
1972	3 452 571	2 234 886	2 173 556	623 031	385 388
1973	3 228 346	2 100 808	2 872 060	1 535 887	243 363
1974	2 987 000	2 236 000	3 870 000	1 690 000	342 000
1975	3 165 972	2 367 322	4 688 521	1 234 300	360 000
1976	2 901 000	2 443 000	5 107 000	1 809 000	402 000
1977	2 756 000	2 680 000	5 678 000	689 700	442 000
1978	2 498 000	2 150 800	4 567 800	1 505 000	451 300
1979	2 496 279	1 853 600	3 629 926	981 964	462 600
1980	1 719 631	3 162 033	5 737 170	1 016 243	220 761
1981	1 700 198	3 808 793	6 088 344	1 072 914	415 585
1982	1 685 263	3 147 246	4 220 579	516 790	429 944
1983	1 672 264	3 174 771	5 268 869	797 422	347 495
1984	1 410 255	3 567 360	5 415 494	611 632	390 245
1985	1 515 830	3 558 591	5 711 929	1 001 958	502 326
1986	1 592 008	1 937 656	3 269 024	1 739 340	392 789
1987	1 693 565	3 873 498	4 995 218	1 783 449	351 400
1988	1 769 850	2 537 036	3 631 281	1 438 285	541 766
1989	1 644 671	3 583 753	6 296 331	1 461 720	471 571
1990	1 738 106	3 957 441	6 313 476	1 182 735	538 705
1991	1 500 837	2 053 822	2 220 502	682 684	395 874
1992	1 551 321	5 547 016	5 629 537	905 332	565 462

FONTE: ANUÁRIO ESTADÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1980/86 (1981/87). Porto Alegre: FEE.
 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1987/92 (1989/90/91/93). Rio de Janeiro: IBGE, dez.
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1970/72 (1972/73). Brasília: Ministério da Agricultura.
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1973: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro: IBGE.
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1974: Rio Grande do Sul (1977). Rio de Janeiro: IBGE.
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1975/80: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1978/82) Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 8

Abate fiscalizado de aves, bovinos e suínos
no Rio Grande do Sul — 1970/92

(em cabeças)			
ANOS	AVES	BOVINOS	SUÍNOS
1970	12 747 607	965 573	2 149 166
1971	14 703 122	1 056 425	2 369 533
1972	18 040 640	1 169 906	2 250 269
1973	20 112 196	1 271 637	2 263 852
1974	23 224 245	1 169 859	2 109 834
1975	26 725 253	1 173 379	2 321 049
1976	34 980 697	1 400 213	2 456 136
1977	45 488 553	1 505 605	2 330 300
1978	55 406 277	1 323 027	2 560 769
1979	67 240 627	1 184 447	2 759 449
1980	100 359 145	1 106 960	2 907 744
1981	147 948 631	1 199 792	2 625 013
1982	164 614 737	1 428 029	2 124 293
1983	129 324 459	1 425 912	2 145 641
1984	116 629 998	1 341 875	1 605 107
1985	125 061 526	1 450 005	1 575 067
1986	146 214 228	1 192 136	1 816 410
1987	171 403 425	1 028 554	2 333 910
1988	169 005 081	1 277 784	2 187 840
1989	175 625 981	1 229 994	1 677 437
1990	205 995 725	1 146 705	1 917 090
1991	230 405 245	1 186 169	2 292 564
1992	261 885 135	1 013 946	2 260 663

FONTE: FEE/NCR.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL 1990 (s.d.). Brasília: BACEN.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1980/86 (1981/87). Porto Alegre: FEE.
- AVES & OVOS (1992). Setor avícola chega à maturidade com um PIB de US\$ 9 bilhões. São Paulo: Associação Paulista de Avicultura, v.8, n.9.
- BRASIL. Ministério da Agricultura (1986). **Avaliação da eficiência da política de preços mínimos para o pequeno produtor rural: uma investigação em áreas selecionadas do sul do Brasil.** Brasília. (Estudos Especiais, v.20)
- CENSO AGROPECUÁRIO 1970-75-80-85: Rio Grande do Sul (1975, 1979, 1983, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1991). Rio de Janeiro: FGV, v.45, n.3, p.54, mar.
- CORREIO DO POVO (20.7.93). Porto Alegre, p.2.
- CRÉDITO RURAL; dados estatísticos 1970-75-80-85 (s.d.). Brasília: BACEN.
- DELGADO, Guilherme da Costa (1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone/UNICAMP.
- EINLOFT, Cláudio (1990). Produção animal: os (des)caminhos de uma década. In: ALMEIDA, Pedro F. C. de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.** Porto Alegre: FEE. t.2.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS (1993). **Financiamento corrigido com base na equivalência-produto.** São Paulo: FEBRABAN.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). **A agricultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v.3)
- FÜRSTENAU, Vivian (1990). A lavoura de grãos na década de 80: a busca da eficiência. In: ALMEIDA, Pedro F. C. de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.** Porto Alegre: FEE. t.2.
- GARCIA, Álvaro Antonio (1989). Financiamento à agricultura: o impasse continua. **Indicadores Econômicos FEE,** Porto Alegre, v.17, n.1, p.115-122.
- GARCIA, Álvaro Antonio (1991). **Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: os debates no período 1950-70.** Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (dissertação de mestrado)
- GARCIA, Álvaro Antonio et al (1982). **Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FEE.

- GARCIA, Álvaro Antonio, FÜRSTENAU, Vivian (1993). A agropecuária nacional e o MERCOSUL: uma avaliação preliminar. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.4, p.165-180.
- GAZETA MERCANTIL (31.10.85). Lavoura tem mais crédito neste ano. São Paulo, p.29.
- LANZANA, Antonio Teixeira (1988). O setor externo da economia brasileira. In: PINHO, Diva B. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva/USP.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1987/92 (1988/93). Rio de Janeiro: IBGE, dez.
- PINAZZA, Luis A., ALIMANDRO, Régis (1991). Agribusiness brasileiro: contexto recessivo. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.45, n.9, p.44-48, set.
- PRODUÇÃO AGRICOLA 1970/72 (1972/73). Brasília: Ministério da Agricultura.
- PRODUÇÃO AGRICOLA MUNICIPAL 1973: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro: IBGE.
- PRODUÇÃO AGRICOLA MUNICIPAL 1974: Rio Grande do Sul (1977). Rio de Janeiro: IBGE.
- PRODUÇÃO AGRICOLA MUNICIPAL 1975/80: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1978/82). Rio de Janeiro: IBGE.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. (1992). **Sinopse do setor agropecuário gaúcho frente ao MERCOSUL**. Porto Alegre.
- SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. (1993). **A dramática situação da agricultura**. São Paulo. (mimeo)
- SERRA, José (1982). Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v.2, n.6, p.5-45.

Abstract

This paper regards the evolution of the "gaúcha" agriculture - roughly in the period 1970/90 - in the light of the dynamics of the national economy, in a setting of a strong international conjuncture influence. From external factors we succinctly explain the dynamics of the Brazilian economy and how it determined the technological agricultural development and helped frame the agricultural markets; basically how it shaped the primary sector in Rio Grande do Sul.